

ESCOLA PROFISSIONAL FERROVIÁRIA CEL. TIBÚRCIO CAVALCANTI DE PONTA GROSSA: (1940 – 1973) UM MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.

Maristela Iurk Batista¹

Introdução

O presente trabalho visa analisar a inserção da Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti de Ponta Grossa no contexto do Estado Novo; busca portanto, compreender a Educação Brasileira na Era Vargas (1930-1945).

Pretende proceder à análise estrutural do processo educacional da Era Vargas e a especificidade da escola ferroviária. Para tanto aborda-se a contextualização histórica da República Velha ao Estado Novo; o contexto desenvolvimentista de Ponta Grossa; o surgimento da Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti e o modelo de formação desenvolvido.

A contextualização histórica da República Velha ao Estado Novo (Era Vargas)

A compreensão do processo educacional brasileiro na Era Vargas exige a contextualização histórica à partir da Primeira República mais popularmente conhecida como “República Velha”. Faz-se necessário pois esse ponto de partida cria condições de análise com maior amplitude sobre as transformações ocorridas na educação brasileira após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

A Primeira República começa em 1889, com a queda da monarquia, e a Constituição de 1891 instaura o governo representativo, federal e presidencialista.

A fase da consolidação da República brasileira mais conhecida como “República da Espada” (1889 – 1894) teve no poder os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa e Rede Estadual, mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná

O federalismo dá autonomia aos estados, criando distorções com o crescimento desigual que favorece São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde prevalecem os interesses dos fazendeiros de café.

A política reflete a influência dos “coronéis”, havendo inclusive alternância no poder dos líderes paulistas na chamada política do “café com leite”. Desta forma, a República Velha é também conhecida como República do Café, República dos Coronéis ou República Oligárquica.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), há um novo surto industrial e inicia-se a tendência de nacionalização da economia com a redução de importações. Percebe-se, então; uma lenta mudança do modelo econômico agrário exportador, com o surgimento da burguesia industrial urbana. Aumenta o operariado, recrutado sobretudo entre imigrantes italianos e espanhóis cuja influência anarquista marca a organização sindical.

A década de 1920 é fértil em movimentos de contestação marcada por: greves operárias, o tenentismo, a Coluna Prestes, a fundação do Partido Comunista do Brasil e a contestação cultural, na Semana da Arte Moderna de 1922. Alguns desses movimentos são bem vistos pela burguesia urbana que se acha em conflito com a oligarquia agrária e deseja mudanças significativas na política e na economia.

A crise decorrente da “quebra” da bolsa de Valores de Nova York (1929) afeta o mundo inteiro, provocando no Brasil, a crise do café e da República Oligárquica. Mas as conseqüências acabam sendo de certa forma benéficas, pois a crise provoca uma reação dinâmica, com o crescimento do mercado interno e a queda das exportações, dando maior ênfase ainda ao desenvolvimento industrial brasileiro.

Em 1930, o governo de Washington Luís é derrubado, como ponto culminante da Revolução de 1930 que representava a tentativa do rompimento com a ordem imposta pela oligarquia rural.

Para GILES (1987, p. 290) a força de apoio maior desse movimento revolucionário são os tenentes ciosos de promover uma regeneração e modernização da Nação, porém em termos nacionalistas. É nesse quadro que Getúlio Vargas chega ao poder, onde permanece por dois períodos, inicialmente de 1930 a 1937 e depois de 1937 a 1945.

O projeto de industrialização que se efetivou no país na “Era Vargas” teve amplas repercussões no plano do processo educativo do país.

Era a industrialização que obrigava o próprio Estado a assumir a responsabilidade de erradicar o analfabetismo, pois as tarefas demandavam ao menos um mínimo de qualificação para o maior número de trabalhadores possível. O próprio mercado de

trabalho assim o exigia. Para Giles, o crescimento na demanda social faz pressão sobre o processo educativo existente e, no Brasil, é a Revolução de 1930 que determina a formulação dessa nova demanda e modifica o papel do próprio estado nesse processo (1987, p. 221).

A Revolução de 1930 cria condições para a modificação dessa situação e abre a possibilidade de se expandir o ensino, para nele incluir uma parcela maior da população, especificamente nas regiões mais industrializadas.

A crescente industrialização obriga ao aumento das possibilidades que só o ensino pode abrir (Giles : 1987, p. 291).

Educar para a Pátria: com esse espírito procurou-se durante o governo de Getúlio Vargas estabelecer uma política nacional de educação, inexistente até aquele período. Criou-se o Ministério da Educação e Saúde, já em 1930, a quem caberia regulamentar o ensino e estabelecer as diretrizes educacionais para toda a nação. Sob a gestão do ministro Gustavo Capanema algumas reformas foram feitas abrangendo o ensino secundário, industrial, comercial (as reformas relativas ao ensino primário e normal, embora elaboradas nessa gestão foram promulgadas após 1945). Criou-se, ainda no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a Universidade do Brasil (Bercito : 1995, p. 54).

Portanto, a partir da década de 1930 a educação alcança níveis de atenção nunca antes atingidos, quer pelos movimentos dos educadores como o da escola-novista, quer pelas iniciativas governamentais, ou pelos resultados concretos. Segundo Azevedo:

“de 1930 a 1940 dá-se um desenvolvimento do ensino primário e secundário que jamais se registrara até então no país. De 1936 a 1951 as escolas primárias dobraram e as secundárias quase quadruplicaram, em número, ainda que tal desenvolvimento não seja homogêneo, tendo se concentrado nas regiões urbanas dos estados mais desenvolvidos.” (1963, p. 718)

Também as escolas técnicas se multiplicam e, segundo Lourenço Filho, se em 1933 havia 133 escolas de ensino técnico industrial, em 1945 este número sobe para 1368, e o número de alunos, que era de quase 15 mil em 1933, ultrapassa, então, 65 mil. (FREITAS : 1984, p. 54).

Enfatizar a educação cívica e nacionalista era a principal orientação da política educacional. Objetivava-se formar indivíduos identificados com os “interesses nacionais”, integrados na tarefa de fazer do Brasil uma grande nação.

Por outro lado, o crescimento das atividades industriais e comerciais ligadas à vida urbana que se intensificava, colocava em questão a necessidade de formação profissional. Educar para o trabalho constituiu uma outra vertente importante do processo educativo do período.

Assim observa DANTAS (1942, p. 105) educar para o trabalho é fazer técnicos, é dar educação profissional à média juventude, é tornar cada brasileiro, enfim, um fator efetivo da economia nacional.

Para PILETTI (1991, p. 91) no decorrer de todo o período do Estado Novo, embora a Constituição estabelecesse como primeiro dever do estado, o ensino técnico profissional, este continuou a ser um curso “destinado às classes menos favorecidas”², ocupando uma posição subalterna em relação ao ensino secundário; era este que representava a estrada real que conduzia os filhos das classes dominantes à Universidade. Quem fizesse o curso profissional e pretendesse continuar seus estudos em nível superior, só podia fazê-lo se complementasse o curso secundário integral. Essa tendência discriminatória é observada no artigo 129 da Constituição de 1937, assim redigido:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

O sociólogo Fernando Azevedo elogiou largamente a preocupação que a Constituição de 1937 tivera para com o ensino profissional, declarando ser ela a mais democrática das Constituições em matéria de ensino. Entretanto, não observou que, oficializando o ensino profissional, como destinado aos pobres, estava o Estado cometendo um ato lesivo aos princípios democráticos; estava o Estado instituindo oficialmente a discriminação social, através da escola.

Identifica-se portanto, a manutenção do sistema dual de ensino, a elitização mantém-se.

² Grifo da autora para enfatizar esta questão.

Para ROMANELLI (1987, p. 169):

“a legislação acabou criando condições para que a demanda social da educação se diversificasse apenas em dois componentes: os componentes dos estratos médios e altos que continuaram a fazer opção pelas escolas que ‘classificam’ socialmente, e os componentes dos estratos populares que passaram a fazer opção pelas escolas que preparavam mais rapidamente para o trabalho”.

Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social.

Na realidade foi só a partir da década de 1940 que os diversos ramos do ensino profissional passaram a ter uma legislação nacional, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino empreendidas pelo ministro Gustavo Capanema. A lei Orgânica do Ensino Profissionalizante cria então dois tipos de ensino profissional: um mantido pelo sistema oficial e outro, paralelo, mantido pelas empresas. Assim é criado, em 1942 o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), organizado e mantido pela Confederação Nacional das Indústrias, com diversos cursos de aprendizagem, aperfeiçoamento e especialização, além de possibilitar a reciclagem do profissional. Em 1943 é regulamentado o ensino comercial pelo Decreto-lei n.º 6141, ainda foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei n.º 9613/46), entre outras.

PILETTI comenta que, “o ensino industrial deverá atender aos interesses do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e sua formação humana. Aos interesses da Nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura”. (1991, p. 91).

Assim quanto ao ensino técnico, a legislação estipulava que o ensino industrial das escolas de aprendizagem se organizasse e funcionasse em todo o país, com observação de algumas prescrições, entre as quais o ensino de ofícios, cuja execução exigia formação profissional. Esta constitui obrigação por parte dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.

Portanto, a população de baixa renda, desejosa de se profissionalizar, encontra nesses cursos a condição ideal, mesmo porque os alunos são pagos para estudar. Daí o êxito desse empreendimento particular paralelo.

Além disso, os cursos mantidos pelo sistema oficial não tem condição de acompanhar o ritmo do desenvolvimento tecnológico da indústria em expansão. Mas, sobretudo, o que ocorre é que as escolas oficiais são mais procuradas pelas camadas médias desejosas de ascensão social e que, por isso mesmo, preferem os “cursos de formação”, desprezando os profissionalizantes.

Ponta Grossa no Contexto Desenvolvimentista e o Surgimento da Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti.

É neste contexto histórico que também surgiram as escolas profissionalizantes em Ponta Grossa para suprir as necessidades da demanda de mão-de-obra qualificada para o trabalho formal, mais elaborado, mais técnico enfim.

Estudos sobre a cidade revelam que o final do século XIX e início do século XX constituem uma conjuntura favorável para a economia pontagrossense, decorrente da chegada da ferrovia.

A 2 de março de 1894 iniciou-se novos tempos de prosperidade econômica para o município com a inauguração do trecho ferroviário Curitiba – Ponta Grossa, ponto terminal da Estrada de Ferro Paraná e em 1896, o início da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande efetivando-se também a instalação de suas oficinas e escritórios nesta cidade.

Dados como elevação na arrecadação de impostos, obras construídas, instalação de várias fábricas e estabelecimentos comerciais cujos proprietários, em grande maioria, eram imigrantes, sustentam a afirmação anterior.

Entre 1920 e 1945 a cidade se firmou como pólo regional no Paraná. Ocupou a posição de segunda cidade do estado, contando com 38.417 habitantes (censo de 1940), e apresentava um cenário moderno em relação às suas construções.

As indústrias de transformação constituíam o principal ramo de atividade da população local, destacando-se a da madeira.

Este crescimento urbano vivenciado na primeira metade do século XX se inscreve num contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização que favorece sobretudo as regiões sul e sudeste do país e inscreve Ponta Grossa no cenário educacional com a criação de escolas profissionalizantes para atender a demanda social para o mundo do trabalho, em especial a Escola Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti.

Fundada em 29 de setembro de 1940, a Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1941 e foi reconhecida como educandário de ensino básico industrial pelo Decreto lei n.º 5607 de 22 de junho de 1943, que instituiu as Escolas Profissionais e o Serviço de Ensino e Orientação Profissional.

De início, restrita a filhos de ferroviários, teve mais tarde alterado o seu regimento interno, estendendo esse direito a irmãos, netos e sobrinhos de ferroviários, para posteriormente, facultar a todos, parentes de ferroviários ou não, a inscrição para a disputa de vagas.

As instalações da Escola Profissional Ferroviária ficavam na antiga propriedade do Sindicato Unitivo dos Ferroviários do Paraná e de Santa Catarina, as quais na dissolução do patrimônio desse extinto sindicato, passaram por doação para a “Rede”, votando-se, segundo os registros analisados, que nesse imóvel funcionasse a Escola Profissionalizante.

A iniciativa da diretoria da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (R. V. P. S. C.), tinha à frente desse empreendimento educacional o tenente coronel Durival Brito e Silva, engenheiro militar que por muitos anos dirigiu a Rede e, que com a criação da escola ferroviária colocava em prática a idealização do seu antecessor Cel. Manuel Tibúrcio Cavalcanti.

A escola profissional ferroviária de Ponta Grossa constituiu-se no primeiro núcleo de formação sistemática de novos artífices para trabalharem nas oficinas da Rede Ferroviária da região sul, enquanto que na região sudeste do país já existiam escolas com essas mesmas características e tendências pedagógicas como nas escolas da Sorocabana, da Paulista, da Mogiana, da Noroeste, e da Araraquara.

O primeiro ano de funcionamento do Curso de formação de artífices começou com 30 alunos de 63 que se submeteram às provas de seleção.

O processo seletivo se realizou sob quatro provas:

- Conhecimentos gerais básicos que abrangia: linguagem, matemática, geografia e história.
- Constituição Antropo-fisiológica.
- Aptidões: mentais, psico-sensoriais e motoras.
- Condições caracteriológicas e da adaptabilidade.

Esse processo de seleção e todas as ações técnico-pedagógicas que passaram a nortear a ação educativa da Escola Profissionalizante Ferroviária eram realizadas pelo Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, uma organização particular de ensino ferroviário, com sede em São Paulo.

O centro de estudos técnico-pedagógico era especializado em modernos processos de ensino ferroviário. Desenvolvia suas atividades no sentido de ofertar e buscar melhor eficiência e aproveitamento do elemento humano nas estradas de ferro. Ele organizava, orientava e coordenava em numerosas empresas ferroviárias nacionais, particulares e através de órgãos a ele filiados, a seleção, o preparo e o aperfeiçoamento de mais de 85% da população ferroviária brasileira.

Assim, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, adotando métodos racionais, da racionalidade técnica proporcionava através de padrões técnico-pedagógico o ensino e a seleção de ferroviários em duas fases distintas:

Primeiro, pela psicotécnica, visando a adaptação do homem à exigência do mundo do trabalho; e numa segunda fase pelo ensino propriamente dito, com a formação, preparo e aperfeiçoamento do pessoal ferroviário de todos os níveis, desde o operário da oficina até os engenheiros, altos administradores e técnicos especializados, visando sempre uma racionalidade técnica, isto é; uma maior produtividade e qualidade na execução do trabalho do operário, que mais qualificado, produziria melhor e em menos tempo, cada atividade executada.

Um Modelo de Formação.

Os cursos ofertados nessa fase de implementação da Escola Profissionalizante Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti visavam formar; ajustadores, operadores, mecânicos, eletricitas, caldeireiros, ferreiros, fundidores, carpinteiros e marceneiros.

Em 1943 apenas 20 alunos concluíram seus cursos, dos trinta que haviam se matriculado em 1941, conforme observa-se no quadro abaixo:

1ª Turma de 1943

		<u>Concluintes por ofício</u>	
Matriculas:	30	Torneiros:	06
Evasões:	07	Ajustadores:	10
Reprovações:	03	Marceneiros:	02
Concluintes:	20	Ferreiros:	01
		Caldeireiros:	01

Fonte: Jornal Diário dos Campos – 28/12/1943.

Os cursos ofertados tinham três anos de duração com uma carga horária anual de 540 horas, dividida em 03 horas diárias de estudos.

Portanto, os cursos de formação de artífices compreendiam: cinco aulas de conhecimentos gerais e seis aulas de trabalhos de aprendizagem semanais; Educação Física, dividida em três grupos (superior, médio e inferior), com duas aulas semanais a cada grupo; estágio na Oficina Geral uma vez por semana para cada série, com exceção da primeira série.

Nos chama à reflexão o título V: “Dos Cursos e das Aulas” do Regimento Interno da escola, o artigo 17º onde se lê: “As Escolas Profissionais Ferroviárias compreenderão cursos de formação metódica e racional de artífices, nas seguintes especialidades: ajustadores, fresadores, torneiros, aplainadores, caldeireiros, ferreiros, funileiros, soldadores, fundidores, carpinteiros, marceneiros, serralheiros, modeladores, telegrafistas e outros que se tornarem necessários.”³

Observa-se nitidamente a intenção com a racionalidade técnica e a preocupação da Rede Viação Paraná-Santa Catarina de suprir todas as áreas de atividades dentro das oficinas e escritórios com trabalhadores mais lapidados e aperfeiçoados tecnicamente, ou seja, eficientes para a execução das atividades.

Assim, faz-se necessário não apenas levantarmos os aspectos morais, sociológicos e culturais da ação pedagógica desenvolvida na Escola Profissionalizante Cel. Tibúrcio Cavalcanti, mas também suas dimensões epistemológicas na relação dos sujeitos com os objetos do conhecimento.

A concepção da racionalidade técnica aliada à ação nacionalizadora-trabalhista foi a que norteou toda a ação pedagógica da Escola Ferroviária pontagrossense, onde a preocupação maior era com o “saber fazer com eficácia”⁴ e não com a dimensão compreender, pois a eficiência máxima e a melhor relação custo-benefício estiveram sempre latentes no ato educativo.

Portanto, podemos dizer com Taylor:

“que a racionalidade técnica (ou racionalidade dos meios-fins) é o tipo de racionalidade de que nos servimos quando calculamos a aplicação mais econômica de certos meios a um fim determinado.” (1991, p. 5).

³ O grifo é da autora.

⁴ Grifo da autora para enfatizar.

No entanto, faz-se necessário observarmos dois aspectos cruciais para o entendimento da racionalidade técnica no campo educativo. Em primeiro lugar, esse tipo de racionalidade remete para a idéia segundo a qual a escolha dos meios é a questão central, verdadeiramente decisiva, quando se trata de almejar um fim previamente definido. Em segundo lugar é preciso acrescentar que a racionalidade técnica, do ponto de vista axiológico, apenas se compromete com os valores da eficácia e da eficiência. Em função destes dois vetores, a racionalidade técnica configura-se como o procedimento racional humano apenas interessado na procura dos meios adequados para a obtenção de resultados esperados.

Observa-se portanto, esse conhecimento racional aplicado na escola ferroviária em relação aos sujeitos (aprendizes), que num processo interativo ao objeto do conhecimento eram treinados para executarem um determinado ofício com maior eficácia possível, para que essa eficiência se refletisse quando os mesmos fossem absorvidos no trabalho da estrada de ferro da Rede Viação Paraná-Santa Catarina, pois o que interessava para empresa (R.V.P.SC.) era um operário qualificado que produzisse melhor e em menos tempo cada atividade executada. Portanto, temos aí nitidamente a preocupação com o custo-benefício e a eficiência do trabalho, onde um operário que tivesse passado por essas escolas profissionalizantes ferroviárias como a de Ponta Grossa, seria um operário mais apto, eficiente e o custo-benefício para a empresa seria mais rentável do que aquele que não passou por uma escola dessa natureza. A eficiência desse operário sem qualificação vinha demonstrando ser prejuízo para a empresa. Por isso, houve a preocupação da Rede Viação Paraná-Santa Catarina em criar escolas dessa natureza na região sul do país, para que elas fornecessem uma mão-de-obra qualificada para a manutenção da estrada de ferro, e foi por isso que, no início essas escolas deram preferência para filhos de ferroviários.

Assim, para o ensino que se coloca na perspectiva da racionalidade técnica, os problemas da prática são sempre instrumentais, ou seja; a preocupação com o “saber executar bem” uma determinada função sem se preocupar com os aspectos cognitivos do sujeito como o compreender, o imaginar o criar, e sim o que importa é executar bem. Como sublinhou (Schön, 1992, p. 42)

“Desde a perspectiva da racionalidade técnica, um prático competente preocupa-se sempre com problemas instrumentais. Trata de encontrar os meios mais idôneos para a obtenção de determinados fins que não admitem ambigüidades: na medicina, a saúde; no direito, o êxito no

pleito; nos negócios, o benefício. A sua eficácia mede-se pelo seu êxito em encontrar, em cada caso, as ações que produzem os efeitos desejados que são conseqüentes com os seus objetivos”.

Nesta ordem de idéias, o trabalho da inteligência do prático consiste em pesquisar aqueles meios (vias, caminhos e metodologias) que podem contribuir eficazmente para a realização das finalidades especificadas.

Na perspectiva contemporânea como se sabe para esse tipo de racionalidade, o caminho para os fins só pode ser traçado pelas teorias e técnicas forjadas no caminho da investigação científica de natureza positivista.

Portanto, nessa perspectiva era que se efetivava a ação pedagógica na escola profissionalizante ferroviária, onde o professor-instrutor através de teorias e técnicas fundamentalmente orientadas para descrições, explicações, previsões e controle das situações se voltava para aplicar metodologias verdadeiramente eficazes, sendo que a seleção dos meios era científica em sentido estritamente positivista.

Outra questão que fica bem clara é a falta de autonomia, de poder de decisão na própria ação pedagógica, pois, a escola ferroviária cumpria a própria determinação da constituição de 1937 que prescrevia a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico, profissionalizante, destinado às classes menos favorecidas, cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adestramento da juventude, de maneira a prepará-la ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação.

Portanto, a escola Profissionalizante Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti sendo uma instituição criada por uma entidade pública, a Rede Viação Paraná-Santa Catarina, se enquadrava nos padrões da política educacional do Estado Novo de educar para a Pátria, de dar educação profissionalizante à juventude tornando cada brasileiro um efetivo comprometido com o crescimento da economia brasileira, pois; a industrialização estava transformando o país e necessitava de mão-de-obra qualificada. Já a estrada de ferro era o marco da prosperidade e da integração regional.

Assim, observa-se na própria ação pedagógica da escola e dos professores essa conotação ideológica nacionalista e trabalhista. Como por exemplo, observamos no discurso de encerramento das aulas do ano letivo de 1941 proferido pelo professor Antônio Trevisan, onde ele começa sua fala com o seguinte pronunciamento: “Meus senhores e minhas

senhoras, hoje aqui nos reunimos em um templo sagrado em que se cultiva a perseverança no trabalho e o amor à Pátria.”⁵

Outro exemplo dessa ação pedagógica estadista nacionalizadora é observada através dos dísticos pintadas nas paredes da Escola como descreveu o jornalista Altamiro Nunes Pereira, do Rio de Janeiro, por ocasião de sua visita àquele educandário, onde se lê:

“Quando eu fui visitar a Escola Profissional Tibúrcio Cavalcanti lá na cidade de Ponta Grossa, na linda Princesa dos Campos, que tanto envaidece o Paraná, já sabia que ia ter viva emoção”.

Logo ao ali chegar, li no muro interno de recreio: “A luta pela vida exige força e energia: espírito são, num corpo são!”

E fui andando. Na biblioteca divisei a inspiração e a orientação, no dístico:

“Leia com freqüência a biografia dos grandes homens e siga seus exemplos!”

Mais adiante, encontrei noutra sala de aulas o conselho para a ação: “Faça alguma coisa diariamente para tornar sua escola, sua cidade, sua Pátria mais feliz!” Que bela solicitação à juventude!

E lá na oficina de aprendizagem no vasto salão de 30 x 19 metros, que enérgica lição se inscreve diariamente no cérebro dos jovens!

Lede: “Aprenda a manejar com destreza sua ferramenta: é a arma de seu tempo!” E para fechar, o dístico que deveria estar bem visível por todas as escolas: - honra a Pátria aprendendo a trabalhar para seu engrandecimento!”

Que suave emoção ao contemplarmos esses quadros invade nosso espírito, exalta nossa esperança e conforta nossos anseios!”⁶

Com esses exemplos acima citados observamos nitidamente o cumprimento dessa ação pedagógica nacionalizadora-trabalhista aliada ao modelo de formação técnica; havia uma preocupação de se cumprir “na risca” essa proposta pois o próprio aparelho ideológico do “Estado Novo” assim o exigia naquele contexto histórico da “Era Vargas”. Portanto, a ação

⁵ Diário dos Campos de 18/12/1941 p. 3.

⁶ Gazeta de Notícias de 25/5/1941 – Rio de Janeiro.

educacional em todos os níveis passa a ser o reflexo da própria instituição política ideológica do Estado.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 1 ed. São Paulo : Moderna, 1989.

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. rev. e ampl. Brasília, Editora UnB, 1963.

BARBOSA, Manuel. Figuras da Racionalidade Pedagógica para uma Epistemologia do Ofício do Educador. Revista de educação, vol. VII, n.º 2. Depto de Educação da F. C. da U. L., 1998. 41 a 52p.

BERCITIO, Sonia de Deus Rodrigues. Nos tempos de Getúlio. Da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo. 9 ed. São Paulo : Atual, 1995.

IBGE. Censo de 1940.

Constituição do Brasil de 1937

DANTAS, Mercedes. A força nacionalizadora do estado Novo. Rio de Janeiro : DIP, 1942.

FREITAS, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. Educação Universitária. 5 ed. São Paulo : Moraes, 1984.

GILES, Thomas Ranson. História da Educação. São Paulo : EPU, 1987.

GONÇALVES, Maria Ap. César; PINTO, Elisabete Alves. Ponta Grossa – um século de vida. 1823 – 1923. Castro: Kugler, 1983.

Jornais Diário dos Campos - (1930 – 1945).

MACHADO, N. J. Epistemologia e Didática. São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Altamir Nunes. Gazeta de Notícias de 25/05/1941 – Rio de Janeiro.

PEREIRA, Altamiro Nunes. Aprenda a manejar com destreza sua ferramenta. É a arma do triunfo. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, p. 3 1941.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. Filosofia e História da Educação. 6 ed. São Paulo : Ática, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 11 ed. Petrópolis : Vozes, 1989.

SHÖN, D. La formación de profesionales reflexivas. Hacia un nuevo diseño de la enseñanza y el aprendizaje en las profesiones. Barcelona: Padiás, 1992.

TAYLOR, Charles. The malaise of modernity. Ontario : Anansi Press